

cinquenta anos depois...

cecília maria bouças coimbra

A todos aqueles que não estão mais entre nós para contar esta e outras histórias.

*“Lembra daquele tempo
Que sentir era
A forma mais sábia de saber
E a gente nem sabia?”
(Alice Ruiz)*

Trazer um tempo vivido intensa e ativamente, de modo um tanto frenético, pois tudo nos parecia urgente de ser realizado, sem cair numa espécie de saudosismo conservador, é um desafio. Desafio que aceito correr ao trazer fragmentos de algumas histórias que não são somente minhas, mas de uma geração que generosamente sonhou, ousou, correu riscos e, com a peste, foi marcada, massacrada, exterminada. Uma geração que, nos anos 1960 e 1970, apaixonadamente marcou suas vidas, não

Cecília Maria Bouças Coimbra é psicóloga, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, Pós Doutora em Ciência Política pela USP, Fundadora e atual vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, e ex-Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; autora de Os guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro, Oficina do autor, 1995. Contato: gtnm@alternex.com.br.

pela mesmice, pelo instituído, pela naturalização, mas pelo estranhamento, pelo desassossego, pela afirmação e criação de novos espaços.

Histórias que se compõem de muitas outras histórias, de muitas outras memórias: dos que sobreviveram, dos que sucumbiram e, por que não, dos que, muitas vezes aterrorizados, assistiam e/ou passavam ao largo dessas mesmas histórias.

Trazer esses tempos de militância – inicialmente, de maneira um tanto eufórica e mesmo despreocupada, pois, sem dúvida, alegremente queríamos mudar o mundo e, posteriormente, de modo sofrido e dolorido, quando o terror se implantou e recrudescer o massacre, o extermínio – é caminhar em um fio de navalha, em uma “corda bamba”.

É, sem dúvida, navegar por outras histórias, diferentes da que nos tem sido apresentada e afirmada como única e verdadeira. Histórias essas que atravessam e constituem todos nós, mesmo os que não tiveram com aqueles tempos maiores implicações. Histórias que continuam presentes em nosso cotidiano e cujas práticas cada vez mais se fortalecem através dos extermínios, da tortura, dos desaparecimentos...

Toda uma geração de jovens estudantes e intelectuais viveu intensamente o alegre e descontraído início da década de 1960, continuação do que ficou conhecido como os “anos dourados” – os anos 1950, da Bossa Nova, do bem-humorado e sorridente presidente JK¹. Aqueles tempos caracterizaram-se pela implementação de projetos das chamadas reformas de base e de desenvolvimento nacional, frente ao reordenamento monopolista do capitalismo internacional, o que gerou uma política populista dos governos daquele período².

Cinquenta anos depois...

Foi naquele quadro que se fortaleceram diferentes movimentos sociais que se voltaram para a “conscientização popular”. Sem dúvida, aqueles anos estiveram marcados pelos debates em torno do “engajamento” e da “eficácia revolucionária”, onde a tônica era a formação de uma “vanguarda” e seu trabalho de “conscientizar as massas” para que pudessem participar do “processo revolucionário”. A efervescência política, o intenso clima de mobilização e os avanços na modernização, industrialização e urbanização que configuram aquele período traziam, necessariamente, as preocupações com a “participação popular”³.

Ressoavam muito próximos de nós os ecos da vitoriosa Revolução Cubana, que passou a embalar toda uma juventude e grande parte da intelectualidade latino-americana, como o sonho que poderia se tornar realidade.

No Brasil, apesar de toda uma política populista, os grupos dominantes, em sua maioria aliados aos capitais estrangeiros, mostravam-se temerosos com os rumos desta política. Daí as pressões que surgiam em diferentes áreas, pois muitos desses movimentos eram alimentados pelo próprio governo populista/desenvolvimentista de João Goulart.

Foi a época do Centro Popular de Cultura da UNE, dos Cadernos do Povo Brasileiro, de filmes como *Cinco Vezes Favela* e do então inacabado *Cabra Marcado para Morrer*. A finalidade era “educar o povão” através da arte. No nordeste, Francisco Julião e as Ligas Camponesas incendiavam com sonhos de liberdade e de reforma agrária os pequenos camponeses da Zona da Mata. Diferentes experiências com alfabetização de adultos eram realizadas, desde *Com Pés Descalços Também se Aprende a Ler*, no Rio Grande do

Norte, passando pelo Movimento de Cultura Popular, em Pernambuco até o *Programa Nacional de Alfabetização* de Paulo Freire, em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

Tratava-se, sem dúvida, da produção de territórios singulares, ainda marcados, muitos deles, pela sizudez, rigidez e stalinismo vigentes no período, e que foram radicalizados pela geração de 1968. Afirmavam-se novos valores e padrões de comportamento, novos modos de estar no mundo. A participação da mulher passava a ser valorizada, não somente em sua profissionalização, mas principalmente em seu engajamento político, apesar de todos os limites que ainda eram impostos pelos companheiros de militância. O casamento deixava de ser a única perspectiva considerada honrada de independência familiar. Explorávamos novos caminhos onde se tornava fundamental a satisfação pessoal nos mais diferentes relacionamentos, desde a sexualidade até o trabalho. Este deixava de ser mera ocupação, por vezes provisória, para tornar-se via legítima de realização e afirmação da própria independência. A reprodução tornava-se uma opção nos debates travados em torno do direito ao aborto e ao uso da pílula anticoncepcional. “A sexualidade expandia-se para além dos limites do casamento”⁴ e a monogamia era questionada... O tabu da virgindade caía por terra; as relações entre homens e mulheres eram pensadas de forma um pouco mais igualitária. “Queríamos mudar o mundo, era a nossa questão básica; mais: tínhamos a certeza de que isso ia acontecer”⁵.

À tardinha do dia 31 de março de 1964, iniciávamos um novo curso para formar novas turmas de alfabetizadores dentro do Programa Nacional de Alfabetização (PNA)⁶, quando soubemos que um golpe de Estado estaria a caminho... Estávamos no Salão Nobre do Instituto

Cinquenta anos depois...

Benjamim Constant, próximo à Urca, em um ato que abria o referido curso... Saímos de lá e fomos em grandes grupos para a UNE, na Praia do Flamengo...

Por toda noite e madrugada, seu prédio esteve ocupado por centenas de estudantes que avidamente acompanhavam o desdobramento dos acontecimentos e iluminavam a praia do Flamengo com inflamados discursos... “Não passarão”, afirmávamos em alto e bom som, dispostos a resistir... Naquela madrugada, foi passada de “boca em boca” a convocação para a manhã seguinte: **TODOS AO CACO**.

No início de tarde de 01 de abril de 1964, cerca de 200 estudantes universitários ocuparam o prédio do CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, para resistir ao golpe empresarial-militar que se efetivava.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), contrária ao golpe que se avizinhava, decretou naquele 01 de abril uma greve geral para todo o país.

Lembro que muitos de nós, para chegarmos ao CACO, tivemos que andar muito ou conseguir carona na boleia dos poucos caminhões que trafegavam no centro da cidade do Rio de Janeiro naquele dia. Dia que seria para todos nós inesquecível e que nos marcaria por toda a vida...

Jovens universitários de diferentes cursos, de diferentes tendências políticas, de diferentes segmentos sociais... Eram estudantes de Direito, Engenharia, Medicina, Economia, Ciências Sociais, História, Geografia, História

Natural (Biologia), Filosofia, Matemática, Química, Física, Pedagogia, Estatística, Astronomia... Fundamentalmente estavam presentes os comunistas (PCB e PCdoB), os católicos da Ação Popular (AP) e muitos independentes, os “simpatizantes”, como os denominávamos. Dentre os estudantes, sabíamos de duas jovens grávidas.

As armas que nos foram prometidas, no dia anterior, pelos militares contrários ao golpe, nunca chegaram. Nós, majoritariamente, até aquele momento, sequer havíamos segurado uma arma, e fomos encurralados naquele prédio por vários grupos paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a Polícia Militar da Guanabara... Não sabíamos do que se tratava quando as rajadas de metralhadora começaram a estilhaçar as vidraças do prédio centenário. As bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas às dezenas... Ali, naquele momento, percebemos que estávamos cercados por grupos que apoiavam o golpe civil-militar recém-vitorioso.

Encolhidos no chão, sem comida, nos abaixávamos e víamos pelas frestas das janelas carros incendiados e grupos que resistiam, gritando palavras de ordem contrárias ao golpe e à queda do governo João Goulart.

Muitas horas se passaram... A porta de entrada da Faculdade foi bloqueada com vários de seus móveis pesados... Nuvens de fumaça branca saíam pelas janelas metralhadas do velho prédio...

Trazíamos a triste e traumática recordação da precoce morte do companheiro do curso de Filosofia, Antônio Carlos Silveira Alves, morto por um acidente de arma, naquela tarde de 01 de abril. Levado para o Hospital Souza

Cinquenta anos depois...

Aguiar, morreu naquele mesmo dia por hemorragia interna. Era a primeira morte que assistíamos... Depois viriam outras... Durante muitos e muitos anos, o fantasma da morte de Antônio Carlos nos acompanhou, nos assombrou... A tal ponto de não nos referirmos ao acidente.

Anoitecia e as rajadas constantes de metralhadoras continuavam fazendo voar vidraças e pedaços de madeira das janelas. As bombas de gás lacrimogêneo tornavam-se cada vez mais intensas e numerosas... Alguns de nós procuravam refúgio nos banheiros, onde o cheiro de urina parecia amenizar o efeito do gás lacrimogêneo, outros procuravam encontrar saída pelo telhado do andar de cima da Faculdade; tentava-se retirar as duas jovens grávidas.

De repente, cessaram as rajadas e as bombas... Ouvimos a voz de um homem que batia à porta e nos informava: “Sou oficial do Exército e vocês estão cercados por grupos golpistas. Quero entrar e conversar. Garanto a integridade física de todos”. Abrimos a porta e um jovem Capitão do Exército nos explicou a situação. O golpe estava vitorioso e ele garantiria a nossa saída dali. Nos indicou os caminhos mais seguros a serem seguidos...

Muitos anos depois soubemos de quem se tratava: Ivan Cavalcante Proença que, ao saber o que ocorria no CACO, onde a ordem era atirar para matar, foi ao local, e, após vários disparos contra os golpistas, permitiu nossa saída... Após isto, foi preso e expulso do Exército...

Ivan Cavalcante Proença, capitão do Regimento Presidencial, da guarda pessoal de João Goulart, estava no comando dos tanques que vigiavam a Casa da Moeda (hoje Arquivo Nacional), bem próxima ao Largo do CACO. Encontrava-se à noitinha com alguns de seus homens no

Palácio Laranjeiras onde assistia de longe às comemorações dos golpistas civis com o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Ali, foi avisado por dois sargentos e um cabo de seu regimento que vários estudantes estavam encurralados no prédio da Faculdade de Direito... Para lá se dirigiu.

Após cercar o Largo do CACO com seus tanques e render os golpistas que tinham suas armas voltadas para a porta do prédio, tomou a precaução de esperar que todos se retirassem. Fizeram-no em vários carros de passeio e vans, segundo depoimento dado, anos depois, pelo próprio Ivan. Após isto, permitiu nossa saída... Com a vitória do golpe, Ivan logo recebeu ordens para se apresentar ao Quartel General. Preso, foi levado para a Fortaleza de Santa Cruz, e depois para o Forte de Imbuí, ambos em Niterói. Cassado e perseguido por vinte anos, até hoje continua sem uma anistia ampla, geral e irrestrita, como todos os brasileiros que foram perseguidos pelo terrorismo de Estado então implantado...

Saímos em pequenos grupos e vimos diante da Central do Brasil e do Ministério da Guerra vários carros e viaturas incendiados, alguns ainda em chamas. Sem qualquer transporte, caminhamos pelas ruas desertas do centro da cidade.

Chegando ao Flamengo, passamos pela UNE em chamas... Paramos alguns minutos em lágrimas, assombrados com tamanha violência... Violência que, nos anos seguintes, marcaria nossas vidas. Nossos sonhos ingênuos estavam começando a ser derrubados. Derrubados, mas não destruídos.

Muitos que estavam naquele 01 de abril no CACO seguiram diferentes caminhos... A maioria continua na resistência das mais diversas maneiras...

Cinquenta anos depois...

Muitos que fundaram o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, e ainda hoje lá se encontram, estavam no CACO naquele dia... Muitos entraram para a clandestinidade... Alguns se exilaram... Muitos foram presos... Outros foram mortos e desaparecidos.

Passados 50 anos, alguns ainda permanecem na luta para que estas e muitas outras histórias possam ser conhecidas por todos.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, criado há 29 anos, em abril de 1985, permanece apontando cotidianamente os acordos que vêm sendo feitos pelos diferentes governos civis pós-ditadura no sentido de dar continuidade à política de acobertamento, silenciamento e esquecimento inaugurada pelo terrorismo de Estado que assolou nosso país (1964-1985).

Desde a sanção da Lei de Anistia, em 1979, ainda em plena vigência da ditadura, já questionávamos a interpretação hegemônica que a ela foi dada. Sob o nome de “crimes conexos”, todos aqueles que cometeram atos de terror em nome do Estado (sequestros, prisões ilegais, torturas, assassinatos e ocultação de restos mortais) – segundo os juristas da ditadura – estariam anistiados, por terem praticado crimes correlatos aos cometidos pelos opositores políticos.

Sabemos que, desde a Anistia até os dias de hoje, acordos foram feitos entre as forças político-econômicas que alimentaram, respaldaram e apoiaram aquele regime de terror e os diferentes governos civis que se sucederam após 1985.

O Brasil, de todos os países latino-americanos que passaram por ditaduras nos anos de 1960 e 1970, é o mais

atrasado no chamado processo de reparação⁷. Pela Lei 9.140/95, do governo de Fernando Henrique Cardoso, apenas se fez a “reparação econômica”, não se investigando e publicizando os atos de terror e nem responsabilizando qualquer agente do Estado ditatorial. Ou seja, tais “reparações” tentaram se transformar em um “cala-boca”, em uma proposta de esquecimento e silenciamento.

Neste cenário de acordos e concessões se insere a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade e de várias outras comissões estaduais.

É necessário lembrar que, em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) condenou o Estado brasileiro a investigar, esclarecer e responsabilizar seus agentes que participaram do desaparecimento de mais de 70 opositores políticos na repressão à Guerrilha do Araguaia (1966-1974).⁸ Estendeu esta sentença aos cerca de 500 mortos e desaparecidos, afirmando que a interpretação oficial dada à Lei da Anistia não é empecilho para tais atos. Neste contexto, foi votada a “toque de caixa”, em regime de urgência urgentíssima, a Comissão Nacional da Verdade, bastante limitada e perversa.⁹

Passados 50 anos do golpe empresarial-militar, queremos contar muitas outras histórias ainda ocultas e silenciadas, cujos efeitos sentimos em nosso cotidiano. Há que lembrar que os grandes grupos econômicos que ativamente prepararam, fomentaram e participaram do golpe de 1964, que respaldaram e financiaram todo o aparato repressivo da ditadura, continuam presentes no cenário político brasileiro. Com o golpe, novos modos de gerir o capital passam a participar do poder do Estado; grandes grupos econômicos

Cinquenta anos depois...

internacionais, e mesmo nacionais, fortalecem-se por toda a América Latina. Apesar desta poderosa máquina capitalista acelerar-se cada vez mais, continuamos – mesmo que em pequenas ilhas – na resistência... Não por acaso, os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado permanecem pouco conhecidos e os documentos que comprovam essas atrocidades continuam em segredo, assim como os testemunhos e as imagens de muitos daqueles que cometeram e participaram de tais crimes. A mordação, a censura da ditadura continua em parte...

Apesar do poderio capitalístico e de todos os acordos feitos, continuamos lutando e pressionando para que se implemente uma Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça que abra e divulgue todos os arquivos da ditadura empresarial-militar; que investigue, esclareça, torne público e responsabilize os crimes cometidos em nome da “segurança nacional”. Há que não esquecer os que ainda hoje continuam ocorrendo em nome da “defesa e segurança da sociedade e de seus cidadãos de bem”¹⁰.

Parece que foi ontem... Esta e muitas outras histórias continuam em nós marcadas a ferro e fogo. Fazem parte de nossas vidas... Parece que aconteceram ontem, hoje, agora... Envolvemo-nos, desde então, direta e/ou indiretamente na luta contra a ditadura. Foi, sem dúvida, a experiência mais visceral de toda a nossa vida e que nos marcou para sempre... Nós, que atuamos na vanguarda ou na retaguarda, não importa, naquele intenso e terrível período, derrubamos muitos tabus, vivemos visceralmente a presença assustadora da morte, a ousadia de desafiar e enfrentar um Estado de terror, a coragem de sonhar e querer transformar esse sonho em realidade. Acreditáva-

mos. Sim, queríamos outro mundo, outras relações, outras possibilidades... Queremos ainda outros mundos hoje!

“É preciso não ter medo; é preciso ter a coragem de dizer”, nos alertava Carlos Marighella. Há muito ainda para dizer, há muito ainda para contar. Há que não entrar na chantagem do “possível” em nome de uma dita governabilidade democrática representada, respaldada e apoiada pelos mesmos grupos econômicos que ocuparam o poder de Estado em 1964.

Notas

¹ Juscelino Kubitschek governou de 1956 a 1961.

² Jânio Quadros governou em 1961 e João Goulart, de 1961 a 1964.

³ Heloísa Buarque de Hollanda. *Impressões de Viagem*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.

⁴ Tania Coelho dos Santos. “A mulher Liberada e a Difusão da Psicanálise” in Sérvulo Augusto Figueira (org.). *O Efeito Psi*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 103-120.

⁵ Luiz Carlos Maciel. *Anos 60*. Porto Alegre, L&PM, 1987, p. 7.

⁶ O PNA era um programa de alfabetização vinculado ao Ministério da Educação criado em 1961, no governo João Goulart. Após ter sido experimentado em Pernambuco, foi trazido para o Rio de Janeiro, onde deu-se prioridade às regiões mais pobres do estado, como a Baixada Fluminense. Neste Programa, disputavam a hegemonia política o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP), corrente cristã muito presente naquele momento no movimento estudantil, tal como ocorria na UNE.

⁷ Sobre o conceito de Reparação, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2005, que aponta para a investigação, averiguação, publicização e responsabilização dos crimes cometidos e para medidas que possam impedir e, mesmo, garantir a não repetição de tais crimes perpetrados pelo Estado, ver: Cecília Coimbra. “Reparação e Memória” in *Cadernos AEL: Anistia e Direitos Humanos*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 13, n. 24/25, 2008, pp. 13-38.

Cinquenta anos depois...

⁸ O Grupo Tortura/RJ, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo e o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) foram os peticionários desta ação.

⁹ Para uma análise mais detalhada sobre os limites desta Comissão Nacional e das estaduais, ver: Cecília Coimbra. “Comissão Nacional da Verdade: acordos, limites e enfrentamentos” in Alexandra Maria Campelo Ximendes, Carolina dos Reis e Rafael Wolski de Oliveira (orgs.). *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. Porto Alegre, Conselho Regional de Psicologia, 2013, pp. 35-42.

¹⁰ Importante apenas levantar, pois não é tema deste pequeno artigo, as medidas repressivas que vêm sendo massivamente tomadas pelos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro com o apoio do governo federal no sentido de criminalizar e reprimir com mais competência os “vândalos” e “baderneiros”, tendo em vista as grandes manifestações de junho de 2013 e os investimentos internacionais ligados à FIFA, ao banco Itaú e à AMBEV, dentre outros. O AI-5 da Copa, como está sendo conhecido, vem se implementando no Rio de Janeiro. Exército e Força Nacional farão o controle da cidade do Rio, considerada “área de segurança nacional” a partir de maio de 2014. Já em 24 de março de 2014, às vésperas dos 50 anos do golpe, acordo entre os governos do estado e o federal decide que, até 10 de abril, as tropas militares do Exército e da Força Nacional, cerca de 4000 homens, desembarcarão “no conjunto de 15 favelas, onde vivem quase 130 mil pessoas”. Cf. “Beltrame confirma que Exército ocupará o Complexo da Maré” in *O Globo*. Rio de Janeiro, 24/03/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-confirma-que-exercito-ocupara-complexo-da-mare-11966328> (acesso em: 24/03/2014).

Resumo

Análise-depoimento acerca dos 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964. Afastado do saudosismo conservador, o artigo retoma eventos do dia do golpe e a tomada do CACO pelos militares. Questiona a continuidade da censura e da tortura mesmo na democracia. Alerta para a retomada necessária dessa memória, desviando-se dos acordos e concessões da Comissão Nacional da Verdade e suas correlatas estaduais. Afirma a continuidade do vigor político dos que enfrentaram o golpe para construção de outros mundos sem cair da chantagem do possível.

Palavras-chave: resistências, ditadura civil-militar, memória.

Abstract

The article is an analysis-testimony of the 50th anniversary of the civilian-military coup d'état of 1964. Moving apart from the conservative nostalgia, the text goes through events which took place in the coup's day and the occupation of the CACO by the military. The article problematizes the continuity of censorship and torture even in a democracy. It also alerts to the necessity of not conceding to negotiations such as the ones hold by the National and State Truth Commissions. At last, the article stands for the political vitality of who fought the dictatorship aiming the construction of new worlds without falling in the blackmailing of the possible choices.

Keywords: resistances, civil-military dictatorship, memory.

Fifty years later..., Cecília Maria Bouças Coimbra.

Recebido em 05 de abril de 2014. Confirmado para publicação em 20 de abril de 2014.